Currículo resumido

André Salgado de Matos, n. 15 de Janeiro de 1973, Lisboa.

Licenciado (1996) e mestre (2001) em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Monitor nas disciplinas de Direito Penal (1996/97), Ciência Política e Direito Constitucional, Direito Constitucional II, Direito Internacional Público e Direitos Fundamentais (1997/98), assistente estagiário (1998/99 a 2000/2001) e assistente (desde 2001/2002) na disciplina de Direito Administrativo I, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Co-regente da disciplina de Contratos Administrativos no Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas ministrado no âmbito do Instituto de Ciências Jurídico Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2005/2006).

Assistente (1999/2000) e assistente encarregado da regência (2000/2001), no curso de pós-graduação em Fiscalidade do Instituto Superior de Gestão, na disciplina de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Membro do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Membro da Associação Portuguesa de Direito Constitucional.

Advogado (desde 1999).

Consultor da Presidência da República no processo de transição da soberania do território de Macau para a República Popular da China (1998-1999).

Consultor do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (2005-2007).

Consultor do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Emergência Médica (desde Julho de 2008).

Membro da Comissão Técnica para a Qualidade, Simplificação e Eficiência dos Actos Normativos do Governo, presidida pelo Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes, nomeada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XV Governo Constitucional (2003-2004), renovada pelo Secretário de Estado da Presidência do XVII Governo Constitucional (2005-2006).

Membro da Comissão Técnica para a elaboração do Guia de Avaliação de Impacto Normativo do Ministério da Justiça, presidida pelo Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes, nomeada no âmbito da Direcção-Geral da Política de Justiça (2007-2008).

Concebeu um projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo por solicitação da Secretária de Estado da Presidência do XVI Governo Constitucional (2004/2005).

Efectuou ainda vários outros trabalhos de produção legislativa e regulamentar para o Governo e para autarquias locais.

Proferiu diversas conferências, em Portugal e no estrangeiro, sobre matérias de Direito Constitucional, Direito Europeu, Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito Autárquico e Ciência da Legislação.

Principais publicações:

Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Anotado, Lisboa, 1999; «Direito por linhas tortas e torto por linhas direitas (ou o problema da pretensa tributação de juros de mora sobre rendimentos isentos de IRS)», *Fiscalidade*, 4 (2000), 67-79; «Recurso hierárquico necessário e regime material dos direitos, liberdades e garantias», *Scientia Juridica* 289 (2001), 77-108; «O art. 41.º, n.º 3 do PROTALI e o problema da ratificação dos planos de pormenor das entidades operativas de planeamento e gestão do Plano de Urbanização de Tróia», *Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente* 15/16 (2001), 203-213 (em colaboração com a Dr.ª Sofia de Sequeira Galvão); «O prazo para exercício do direito à restituição de emolumentos notariais indevidamente cobrados», *Fiscalidade* 9 (2002), 103-136 (em colaboração com o Dr. João Taborda da Gama); «O pagamento especial por conta de IRC: questões de conformidade constitucional», *Fiscalidade* 15 (2003), 5-25 (em colaboração com o Prof. Doutor José Luís Saldanha Sanches); *A fiscalização administrativa da constitucionalidade. Contributo para o estudo das relações entre Constituição, lei e administração pública no Estado social de Direito*, dissertação de mestrado, Coimbra, 2004; *Direito administrativo geral, I (Introdução e princípios fundamentais)*, 1.ª ed., Lisboa, 2004, 2.ª ed., Lisboa, 2006 (em colaboração com o Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa); «Perspectivas de reforma dos procedimentos administrativos revisivos após a reforma do contencioso administrativo», *CJA* 54 (2005), 44-53; «A competência da câmara municipal para a designação do responsável pelo serviço de execuções fiscais», *Fiscalidade* 22 (2005), 139-151 (em colaboração com o Prof. Doutor José Luís Saldanha Sanches); «Direito dos funcionários autárquicos à percepção de remunerações acessórias nos processos de execução fiscal?», *Fiscalidade* 23 (2005), 5-14 (em colaboração com o Prof. Doutor José Luís Saldanha Sanches); «Introdução ao processo de execução fiscal municipal», *Fiscalidade* 24 (2005), 61-71 (em colaboração com o Prof. Doutor José Luís Saldanha Sanches); «Princípio da legalidade e omissão regulamentar», in AAVV, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano no centenário do seu nascimento*, Coimbra, 2006, 193-217; «Dívidas passíveis de execução fiscal pelos municípios», in AAVV, *Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco*, I, Coimbra, 2006, 145-159; «Contencioso pré-contratual urgente e invalidade dos actos administrativos pré-contratuais. Ac. Do STA de 12/12/2006, P. 528/06», *CJA* 62 (2007), 18-27; *Direito administrativo geral, III (Actividade administrativa)*, Lisboa, 2007 (em colaboração com o Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa); *Contratos públicos*, Lisboa, 2008 (em colaboração com o Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa); *Responsabilidade civil administrativa*, Lisboa, 2008 (em colaboração com o Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa); «O Provedor de Justiça e os meios administrativos e jurisdicionais de controlo da actividade administrativa», in Provedoria de Justiça, *O Provedor de Justiça. Novos estudos*, Lisboa, 2008, 155-205; «O direito ao ensino. Contributo para uma dogmática unitária dos direitos fundamentais», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha* (no prelo).

Prepara actualmente dissertação de doutoramento em direito administrativo.